

parte do Grupo de Trabalho com vista à criação de uma prestação extraordinária de combate à pobreza dos idosos (Complemento Solidário para Idosos) e foi membro da Comissão para o Rendimento Mínimo (em 1996).

Foi autor, co-autor ou apresentou publicamente pelo Ministério, «Desigualdades Salariais e Trabalhadores de Baixos Salários» (1999), «Pobreza e Condições de Vida em Portugal» (2001), «Distribuição de Rendimentos e Condições de Vida» (2002), «A Sustentabilidade Financeira do Sistema de Solidariedade e Segurança Social» (2002). Apresentou várias comunicações entre 2006 e 2008 a propósito da Reforma da Segurança Social na Comissão Permanente de Concertação Social, em encontro promovido pela União Geral de Trabalhadores, no Parlamento por ocasião de seminário da Comissão Parlamentar de Trabalho e Segurança Social, em Luanda no âmbito do «Seminário internacional sobre a protecção social obrigatória, deveres prestacionais e sustentabilidade financeira do sistema», em Santiago do Chile na reunião regional tripartida da OIT sobre «El futuro de la protección social en América Latina», em Dili/Timor-Leste na VIII Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP na conferência «Sistemas de protecção social: algumas experiências» e no Luxemburgo num seminário do OGB-L (Confederação Sindical Independente do Luxemburgo). Apresentou por ocasião do Dia da Segurança Social de 2009 estudo sobre o rendimento de pensionistas idosos e foi co-autor de «Mais Escolaridade: realidade e ambição. Estudo preparatório do alargamento da escolaridade obrigatória» (2009).

No âmbito do Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa (CISEP) do ISEG, participou enquanto investigador, em diversos projectos entre 1990 e 2004.

205271759

**Despacho n.º 14647/2011**

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, estabelece, no n.º 1 do artigo 27.º, que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar;

Considerando que, nos termos de alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma lei, a comissão de serviço do director-geral da Segurança Social cessou com o início do mandato do XIX Governo Constitucional;

Considerando que, nos termos do n.º 4 do artigo 24.º do referido diploma, o exercício de funções em regime de gestão corrente não pode ultrapassar o prazo de 90 dias, prazo após o qual o lugar se encontra vago;

Considerando que se torna urgente proceder à nomeação do titular do cargo de director-geral da Segurança Social a fim de garantir o normal funcionamento deste serviço;

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 64/2007, de 29 de Maio e no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Dezembro, é nomeado, em regime de substituição, no cargo de director-geral da Segurança Social, o licenciado José Nuno Rangel Cid Proença, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional, já expressa nas funções que tem desempenhado na referida Direcção-Geral, necessárias ao exercício do cargo em apreço.

O presente despacho produz efeitos a partir de 19 Setembro de 2011.

19 de Outubro de 2011. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*. — O Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, *Luís Pedro Russo da Mota Soares*.

## ANEXO

**Sinopse curricular**

José Nuno Rangel Cid Proença, nascido em 2 de Abril de 1950, licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa. É técnico superior da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Entre 1985 a 1987, desempenhou as funções de vogal do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa.

De 1987 a 1991 foi chefe do Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional. Entre 1992 e 2000 desempenhou as funções de presidente do conselho directivo do Centro Nacional de Pensões. Entre 2001 e 2002 e entre 2002 e 2005 desempenhou, respectivamente, as funções de vogal e de vice-presidente do conselho directivo do Instituto de Solidariedade e Segurança Social, actualmente designado por Instituto da Segurança Social, I. P.

Desde 2006 exerce as funções de director-geral da Segurança Social.

205271337

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS****Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros****Despacho n.º 14648/2011**

De acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo n.º 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o n.º 3 do artigo 17.º da lei preambular que aprova o RCTFP — Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, torna-se público que, na sequência de concurso interno de ingresso para o preenchimento de cinco postos de trabalho na categoria de especialista de informática de grau 1, nível 2, do mapa de pessoal da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com os trabalhadores Maria Alexandra Barreiro dos Santos, Artur Manuel Ribeiro Pires e Carlos Alberto Abraços Albano, com efeitos a 1 de Maio de 2011, e com os trabalhadores Vítor Manuel Marques e Joaquim Fernando Ribeiro Muxagata, com efeitos a 1 de Julho de 2011.

Após o período de estágio, a que se refere o art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, os trabalhadores ficarão posicionados no escalão 1, índice 480.

17 de Outubro de 2011. — O Director-Geral, *Luís Pinto*.

205272025

**Despacho n.º 14649/2011**

De acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo n.º 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o n.º 3 do artigo 17.º da lei preambular que aprova o RCTFP — Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, torna-se público que a DGITA celebrou contratos em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 18 de Outubro de 2010, com a trabalhadora Maria dos Anjos Pires Bispo Samões, na categoria de especialista de informática de grau 3, nível 2, ficando posicionada no escalão 1, índice 780 e com o trabalhador Miguel José Igreja dos Santos, na categoria de especialista de informática de grau 1, nível 3, ficando posicionado no escalão 1, índice 540; com efeitos a 13 de Outubro de 2010, com as trabalhadoras Ana Clarisse Fonseca Lopes e Maria Teresa de Jesus Leal Maia Pereira, ambas na categoria de técnico de informática, de grau 2, nível 1, ficando posicionadas no escalão 1, índice 470.

17 de Outubro de 2011. — O Director-Geral, *Luís Pinto*.

205272122

**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS****Secretaria-Geral****Aviso (extracto) n.º 21440/2011**

Para os devidos efeitos, faz-se público que o procedimento concursal comum para o preenchimento de dois postos de trabalho da carreira técnica superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto através do Aviso n.º 12548/2011, publicitado no *Diário da República* n.º 113, 2.ª série, de 14 de Junho de 2011, cessa por inexistência de candidatos à prossecução do procedimento concursal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 38.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, na redacção conferida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril.

06.10.2011. — O Director do Departamento Geral de Administração, *José Augusto Duarte*.

205275614

**Aviso n.º 21441/2011**

Para efeitos do Art.º 3.º da Lei n.º 4/82, de 15 de Abril, torna-se público que na cobrança de emolumentos consulares a efectuar a partir de 1 de Novembro de 2011 serão adoptadas as taxas de câmbio seguintes:

Divisas	Taxa de conversão (Por 1 euro)
Rand Sul-Africano . . . . .	10,9303
Novo Kwanza (Angola) . . . . .	131,4680